

## **Um estudo exploratório nos Institutos Federais e a sua relação com a democratização do acesso, da gestão da educação e do conhecimento: reflexões iniciais**

**Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral** - josiane.amaral@poa.ifrs.edu.br

**Márcia Amaral Corrêa de Moraes** - marcia.moraes@ poa.ifrs.edu.br

**Fabio Yoshimitsu Okuyama** - fabio.okuyama@poa.ifrs.edu.br

IFRS – Campus Porto Alegre, Brasil

**Resumo:** Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) surgem como uma nova proposta educacional, com o compromisso de unir a construção de conhecimento à transformação da sociedade. Esse caráter inovador dos Institutos decorre das especificidades de sua identidade institucional, caracterizado pela oferta curricular verticalizada da educação básica, passando pelo ensino técnico, formação inicial e continuada até o nível superior. Esta complexidade organizacional dos Institutos cria a necessidade de diferenciarem-se das universidades, pois estas especificidades produzem sua identidade singular perante as demais instituições. A Lei nº 11.892/08 efetivou a expansão da Rede Federal de Educação Básica, Profissional e Tecnológica por meio dessa nova institucionalidade. A Rede Federal se propôs à reinvenção, rompendo com as estruturas tradicionais para constituir ações amparadas no princípio da democratização: do acesso, da gestão da educação, e do conhecimento. Nesse sentido, a pesquisa buscou analisar os desdobramentos e a efetivação desse princípio da democratização. A investigação foi quanti-qualitativa referendada na “abordagem do ciclo de políticas”, utilizando-se para a coleta de dados a pesquisa documental e a aplicação de questionários. Esses questionários foram aplicados para os gestores dos Institutos em todo o território nacional e para a comunidade da cidade de Porto Alegre. O foco da investigação foi pautado no “contexto da prática”, onde as políticas são constantemente reinterpretadas. Como conclusões gerais, percebemos: o incentivo imperativo da comunicação entre os Institutos e a comunidade local, pondo em risco o seu propósito fundamental; a importância da construção coletiva das ações educacionais, concebendo os educandos como sujeitos históricos numa perspectiva integral; a existência de uma divergência entre as concepções dos gestores sobre questões educacionais basilares, muitas vezes não condizentes com as exigências legais; e por fim, a frágil identidade institucional, demonstrando a necessidade da contínua reflexão das práticas e dos papéis no interior da organização educativa.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Institutos Federais; Gestão da Educação; Democratização.

## **1. Introdução**

O presente estudo tem como questionamento principal investigar em que medida os Institutos Federais efetivam os princípios de democratização do acesso, da gestão da educação e do conhecimento, propostas pelas políticas de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica da última década. A relevância desse estudo se expressa na necessidade de que a comunidade a quem os Institutos Federais se destinam tenha acesso às informações necessárias para que possa empreender como estudante atuante nesses espaços educativos, bem como que a relação entre os mesmos seja absolutamente estreita para que se concretize o propósito que marca a origem dessas instituições.

Esse trabalho está organizado em três partes: a primeira parte trata de uma reflexão a respeito da legislação de implementação dos Institutos Federais enquanto política pública; a segunda parte destaca os aspectos teórico-metodológicos que orientaram a investigação e os dados coletados, e a terceira parte encaminha para as considerações finais com base nas análises realizadas e dos dados constatados.

## **2. A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**

A expansão da Rede Federal foi o processo e o resultado de um conjunto de políticas públicas que se iniciaram no ano de 2003 em território brasileiro e tiveram, em dezembro de 2008, com a promulgação da lei 11.892/2008, o início da sua consolidação. Essa política de expansão criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conseqüência de um amplo e tenso debate no âmbito das políticas educacionais e acabaram por representar o resultado do delineamento de uma política social de governo que vem tornando-se pauta importante naquelas que são consideradas as políticas de estado.

Conforme Pacheco (2011), a criação dos Institutos Federais foi estratégico para o fortalecimento do ensino e da igualdade social, proporcionando, assim, a inserção de um número maior de cidadãos na realidade educacional. Neste sentido, essas instituições de ensino mostram em seus pressupostos o entendimento de uma educação voltada à transformação social a partir do desenvolvimento social como um todo, ou seja, através da prática educativa reflexiva e crítica da sociedade atual. Esse novo modelo de instituição está

caracterizado por peculiaridades representativas de sua identidade educacional, as quais conferem aos Institutos Federais um caráter único e inovador.

Dentre essas peculiaridades, encontra-se a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino, ou seja, a educação profissional e tecnológica se faz presente desde a educação básica até a educação superior. Diante dessa proposta político-pedagógica diferenciada, os Institutos ofertam ensino médio integrado (PROEJA) à educação profissional técnica de nível médio, ensino técnico em geral, licenciaturas, bacharelados e cursos superiores ligados à área da Ciência e da tecnologia, programas de pós-graduação *lato e stricto sensu* e educação continuada.

A verticalização do ensino surge como um princípio que viabiliza esse processo de democratização do ensino e organização curricular, tendo como característica proporcionar aos educadores uma transição entre os diferentes níveis e modalidades de ensino. Esses educadores têm a possibilidade de construir vínculos e estabelecer metodologias adequadas aos diferentes níveis de ensino, de forma reflexiva e contextualizada, integrando os eixos da pesquisa, ensino e extensão.

Nessa perspectiva, para que ocorra a transformação social em escala global, os Institutos Federais tem como um de seus objetivos, colaborar para o desenvolvimento local e regional, buscando alternativas para a redução da exclusão do ensino a fim de estabelecer a mudança na qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando a estes, espaços educativos voltados à construção de saberes e democratização do conhecimento.

### **3. Procedimentos de coleta de dados**

A investigação foi fundamentada por meio do movimento do real, acompanhando as contradições apresentadas na empiria (Triviños, 2001). A pesquisa foi quanti-qualitativa referendada na “abordagem do ciclo de políticas” (Mainardes, 2009), utilizando-se para a coleta de dados a pesquisa documental, a aplicação de um *sourvey*, e a aplicação de um questionário *on-line* aos gestores dos Institutos Federais de todo território nacional. O foco foi no “contexto da prática”, onde as políticas são constantemente reinterpretadas.

A questão colocada neste contexto é que as políticas não são simplesmente implementadas na prática, elas estão sujeitas à interpretação e recriação, ou seja, em diferentes contextos da prática uma mesma política pode ser vivenciada de maneira diversa, a partir do entendimento dos sujeitos sociais.

A afirmação da natureza processual da democratização do acesso, da gestão da educação e do conhecimento, acentua a sua historicidade, sugerindo sua inconstância. O processo de democratização possui movimentos de mudança-permanência, de desenvolvimento-estagnação, de estabilidade-instabilidade. Com isso, esse processo se dá por meio do “aprendizado” e da “luta política” (Freitas, 2003).

Nesse sentido, foram realizados dois estudos exploratórios com diferentes sujeitos a fim de mapear algumas dimensões propostas pelas políticas de expansão da rede federal.

### **3.1 Aplicação e resultados do survey com a comunidade**

O primeiro estudo exploratório se deu em janeiro, fevereiro e março de 2012 uma amostra aleatória de 200 pessoas que transitaram nas ruas onde se situam o prédio sede do Câmpus A de um Instituto Federal. Utilizou-se do levantamento (survey) como instrumento, o qual foi aplicada regularmente por dois auxiliares de pesquisa que, devidamente instruídos, cumpriam de forma alternada, as tarefas de perguntar ou registrar por escrito as respostas dos sujeitos da pesquisa. O levantamento (survey) continha as seguintes perguntas:

- 1) Você conhece o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia A? E a ex escola técnica X (no caso de negativa em relação ao conhecimento do Instituto);
- 2) Você sabe qual é a proposta de trabalho educativo desta instituição?
- 3) Como você avalia a atuação desta instituição? Por quê?

No primeiro estudo exploratório os sujeitos que compuseram a amostra possuíam uma faixa etária entre 17 e 68 anos. 40% dos entrevistados era do sexo feminino e 60% do sexo masculino. Dos 200 entrevistados, em termos de escolaridade:

- a) 20% tinha ensino superior;
- b) 40% tinha ensino fundamental;
- c) 25% tinha ensino médio incompleto;
- d) 15% tinha ensino médio completo.

Em termos de empregabilidade, 64% das pessoas estavam empregadas e 36% estavam desempregadas.

Em relação a questão 1 “Você conhece o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia A? E a ex escola técnica da Universidade X (no caso de negativa em relação ao conhecimento do Instituto)?” **48%** dos entrevistados reponderam que não conhecem, **27%** respondeu que conhecem, **20%** respondeu conhecem apenas a ex escola técnica da Universidade X, e **5%** respondeu que já ouviram falar.

Em relação a questão 2 “Você sabe qual é a proposta de trabalho educativo desta instituição?”, **69%** dos entrevistados responderam que não sabem, **9%** respondeu que é uma escola técnica, **8%** respondeu que conhecem e considera muito boa, **6%** respondeu que é uma instituição de educação gratuita, **2%** respondeu que é uma instituição de ensino de inglês, **2%** responderam que é uma instituição de ensino de 2º grau, **2%** respondeu que é uma faculdade, e por fim, **2%** respondeu que é uma instituição de inclusão de alunos carentes.

Em relação a questão 3 “Como você avalia a atuação desta instituição? Por quê?”, **81%** dos entrevistados responderam não saber / não poder avaliar a atuação da instituição por desconhecimento, **6%** respondeu ser boa pois oferece ensino técnico que auxilia na empregabilidade, **6%** respondeu ser importante por proporcionar crescimento ao trabalhador, **3%** respondeu ser boa porque é da Universidade X, **2%** respondeu ser excelente porque oferece um ensino de qualidade, e outros **2%** respondeu estar desatualizada.

### **3.2 Aplicação e resultado dos questionários com os gestores**

Entre julho de 2011 e julho de 2012, foi aplicado um questionário *on line* para os gestores de ensino - Diretores de Ensino dos campi e Pró-Reitores de Ensino - dos IFs da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O instrumento questionava três dimensões: a formação dos gestores; o desenvolvimento da atividade gestora (órgãos de apoio, construção de documentos norteadores de gestão educacional, processos de formação continuada para docentes, prática de atividades para a permanência e o combate à reprovação do aluno); e as percepções em relação a democratização da gestão.

Nesse momento, diante de muitas dificuldades, 36 gestores de toda a rede responderam o questionário. Assim temos as seguintes constatações dos pesquisados: **75%** eram do sexo masculino e **25%** do sexo feminino; a maioria dos entrevistados está na faixa etária entre 30 e 49 anos. Na questão da formação acadêmica: **47%** são bacharéis e possuem pós-graduação nessas áreas, principalmente engenharias, **19%** são licenciados, principalmente na área das ciências da natureza e das ciências exatas, **12%** são licenciados e possuem pós-graduação na área da educação, os restantes não especificaram sua formação.

Sobre a experiência e formação na área de gestão educacional: **56%** dos entrevistados já possuem algum tipo de experiência anterior, alguns como secretários de Educação do seu estado ou como coordenador pedagógico em alguma instituição educacional. O restante, **44%**

nunca tiveram contato anterior com a função. Dentre estes, **61%** responderam que realizaram curso de formação para exercer a função e o restante não realizou ou não respondeu.

**Metade** dos entrevistados afirmam ter mais de quinze anos de experiência na área educacional, **25%** entre dez a quinze anos, **14%** entre cinco a dez anos de experiência e o restante inferior a cinco anos. A grande maioria dos entrevistados (**50%**) exerce a função de gestor entre dois a quatro anos. Percebe-se, que esses gestores iniciaram suas atividades na gestão a partir da expansão da rede em 2008.

Sobre o funcionamento da gestão educacional: **76%** dos entrevistados respondeu que existe algum tipo de órgão colegiado formado por diferentes segmentos da sociedade, responsabilizando-se no acompanhamento das atividades propostas pela instituição. O restante dos entrevistados alegam a não existência desse tipo de órgão de apoio. Dos que afirmam ter algum tipo de órgão colegiado em sua instituição, **15%** afirma que esse órgão se reúne três ou mais vezes ao ano, **26%** afirma que esse órgão se reúne duas vezes ao ano, outros **15%** respondeu que esse órgão se reúne uma vez ao ano, e o restante afirma que praticamente não existem reuniões.

Sobre o acesso da sociedade às instituições da rede federal, **50%** dos gestores responderam que a procura de vagas superou bastante à procura de anos anteriores, **12%** respondeu que a procura foi um pouco maior, outros **12%** responderam que mesmo após as matrículas ainda existiam vagas, e o restante dos gestores falam que a procura e o preenchimento foram equivalentes.

A LDBEN (Nº 9.394/1996 – Art. 3º, inciso I) afirma a importância do acesso e da permanência dos educandos nas instituições, em relação a isso se questionou sobre a proposição de programas para a permanência e a redução de taxas de abandono escolar. Quase metade (**47%**) dos gestores afirmam a existência de programas de permanência na instituição, **29%** reconhecem a importância mais afirmam não existir nenhum tipo de programa, o restante afirma que já foi elaborado, mas ainda não o aplicaram. Sobre programas voltados ao combate à reprovação: **38%** dos gestores responderam que já estão aplicando programas para reverter à reprovação, **32%** reconhecem a existência do problema, porém não constituíram nenhum programa, o restante afirma que houve a elaboração do programa, no entanto a aplicação não ocorre ainda. Quase a totalidade dos gestores (**97%**) afirmam a existência de atividades de reforço ou apoio da aprendizagem.

Em relação ao espaço da instituição e a sua relação com a comunidade, **38%** dos gestores responderam que há a utilização dos espaços para as atividades comunitárias planejadas conjuntamente, **29%** dos gestores responderam que é somente a instituição que

organiza essas atividades, e o restante ou deixa em aberto para a comunidade planejar, ou não permite a utilização dos espaços. A grande maioria (**75%**) dos gestores afirmam realizar eventos junto à comunidade, os restantes não responderam.

Sobre a percepção dos entrevistados em relação a sua prática de gestão educacional nos IFs: **44%** acreditam que sua gestão não suporta o caráter democrático, **34%** acreditam que a gestão procede de forma coerente, dinâmica e participativa, os **22%** restantes não quiseram falar sobre a sua gestão, devido ao período de construção de ações que estão passando.

Em relação à percepção da qualidade educacional dos IFs, as respostas foram bastante variadas, dentre essas as que mais se destacaram foram: que a qualidade educacional se dá a partir de que o aluno possa ingressar no mercado de trabalho; outros não a definiu; já outros, tiveram a compreensão da construção do cidadão, um sujeito histórico, mas não conseguiram relacionar isso na prática.

Por fim, questionamos aos gestores, se a expansão da rede federal de educação técnica e tecnológica a partir de 2008 modificou a proposta pedagógica das antigas instituições federais de educação profissional. As respostas foram bem sucintas: **75%** dizem que foi possível manter um padrão de Educação, e o restante acredita que não (25%).

#### **4. Análise dos resultados**

Acreditando na realidade como um processo, em movimento, em transformação, contraditório, é importante colocar que as considerações desenvolvidas aqui, de forma alguma são respostas fixas. A realidade muda e assim, as relações e conseqüentemente os posicionamentos.

O estudo realizado com a comunidade por meio de um levantamento aleatório revela que, apesar de o IF A câmpus B atender a um número significativo de alunos, ainda é necessário que se estabeleça uma aproximação mais efetiva da comunidade, especialmente daqueles segmentos que seriam o público alvo dos Institutos Federais enquanto política pública de estado.

Sabe-se que os Institutos Federais são espaços de ensino novos do ponto de vista da sua institucionalização, contudo, é mister que consigam tramar as redes sociais de tal forma que os verdadeiros destinatários de sua ação não fiquem excluídos do processo de formação que lhes é oferecido.

É gritante constatar que num universo de 200 pessoas que costumam transitar diuturnamente na mesma região em que o câmpus se insere, somente 54 conheçam e reconheçam o IF A campus B como possibilidade de formação. Merece destaque, também, a pouca referência à escola técnica da Universidade X que, a despeito dos seus mais de 100 anos, não foi mencionada de forma significativa pelos entrevistados. Infere-se, pois, que se essa instituição (escola técnica/IF A) atendeu e atende a um número significativo de alunos, a sua demanda está bastante distante do previsto nos documentos e discursos oficiais.

Nas questões 2 e 3, é possível reconhecer movimentos da minoria em direção às razões de ser dos Institutos Federais. A menção à educação gratuita e à formação técnica, aliadas aos argumentos da educação de qualidade, da perspectiva de empregabilidade e da relação com o crescimento do trabalhador, explicitam um grupo de pessoas com certo grau de apropriação no que tange ao propósito e à existência dessa instituição. Contudo, merecem destaque alguns aspectos que revelam a distorção identitária pela qual, frequentemente, os IFs têm passado, quais sejam: o fato de ser mencionado como um curso de Inglês, o atrelamento de sua qualidade à condição de pertencer à Universidade X.

Em relação ao levantamento realizado com os gestores educacionais dos IFs, analisando a primeira dimensão – **sobre a identidade e a formação dos gestores** - os dados obtidos são relevantes para a questão de gênero, onde a maioria, são do sexo masculino e estão na faixa etária entre 30 a 49 anos. Sobre a formação acadêmica, a maioria são bacharéis e não possuem estudos na área da educação, apesar da maioria ter tido alguma experiência anterior enquanto gestores e obterem algum tipo de curso na área de gestão. No caso, os entrevistados não deixaram claro no questionário se essa formação era voltada para a gestão educacional ou para a gestão empresarial. Esse quadro, apesar de ser uma amostragem pequena de entrevistados, reitera a questão histórica da problemática da formação de profissionais docentes, aqui inclui-se a dimensão gestora dos processos educacionais, para a educação profissional.

A metade dos gestores é recente na função de gestores, demonstrando dois fortes indícios: desses docentes possuem experiências anteriores não propriamente na gestão educacional, e a expansão quantitativa da rede federal. Em relação à proposição de processos de formação continuada, a grande maioria assegura a prática dessas ações, no entanto, grande parte afirma que tais processos ainda não atendem a totalidade do quadro docente, isso se deve certamente pela não obrigatoriedade dos mesmos, devido a falta de dispositivos legais na rede federal.



Analisando a segunda dimensão - **o desenvolvimento da atividade de gestão educacional** – mais da metade dos gestores alegam a existência de órgãos colegiados no acompanhamento das atividades da instituição, no entanto, apenas uma minoria coloca a realização periódica de encontros. Essa constatação é preocupante, pois afirma a não legitimidade dessas estruturas no interior dos IFs, a falta de abertura à comunidade e de participação decisória nos rumos institucionais.

Reiterando esse posicionamento, os gestores indicam a dificuldade da participação da comunidade escolar nos documentos de gestão da instituição, no caso, aqui citamos o Projeto Pedagógico Institucional para exemplificar. Essa constatação novamente se relaciona com o caráter histórico de pouca participação dos diferentes setores nos rumos das instituições federais de educação profissional.

Outro dado significativo foi o de que quase a metade dos entrevistados alegam a socialização de experiências e o contato com outros campi ou IFs. No entanto, apesar dessa interação com a rede não há a efetivação de um estreitamento de relações com a comunidade: ainda uma pequena parcela dos gestores alega a participação e utilização da instituição pela comunidade.

Sobre o acesso e permanência do aluno: mais da metade dos gestores afirmam o aumento da procura de vagas, no entanto menos da metade proporciona programas ou atividades de permanência.

Por fim, analisando a terceira e última dimensão do instrumento – **a percepção dos gestores em relação a democratização da sua gestão** – a maioria dos gestores afirmam a contradição da prática do princípio da gestão democrática: ou por concepção própria, ou por considerar apenas como um procedimento de gestão, ou por se abster da reflexão. Portanto, essas respostas demonstram as concepções que pautam a prática de gestão no interior desses espaços.

Ainda não existe o entendimento da importância e emergência da gestão democrática. Essa diretriz não se apresenta para os entrevistados, responsáveis pela gestão dos processos de ensino nos IFs, como um importante valor a ser vivenciado na prática educativa. Isso se demonstra de forma contraditória, pois para a maioria dos gestores houve uma continuidade no pressuposto “padrão” de educação proposto pela rede.

Portanto, constata-se que mesmo com os avanços demonstrados pelas políticas públicas voltadas para a educação profissional, ainda permanece concepções históricas arraigadas à formação instrumental para o mercado de trabalho, não levando em consideração efetivamente a construção da cidadania no educando.

Os desafios apresentados a partir dessas reflexões são: a necessidade de o IF intensificar a comunicação com a comunidade local, se assim não o fizer estará correndo o risco de não auxiliar no combate às desigualdades sociais e de abrir mão do seu papel impulsionador de transformações sociais; a constituição de processos formativos para a educação profissional; a instituição e afirmação de espaços de participação de toda a comunidade no interior dos IFs; e o debate constante de conceitos como a gestão democrática e a qualidade na educação.

A falta de abertura à comunidade local, além de fragilizá-lo como política pública, prejudica a intervenção na realidade e a criação de possibilidades de inclusão educacional, como forma de construção de saberes e de condições para o domínio dos conhecimentos. O desafio que dessa proposta surge está no conhecer-se e no se fazer conhecer para que a proposta bela e pretensiosa se transforme em realidade de transformação, democracia e exercício pleno da cidadania.

### **Referências Bibliográficas**

Amaral, J. C. S. R. (2011). A política de gestão democrática na rede federal de educação básica, profissional e tecnológica: um campo de disputa. In J.C.S.R. do Amaral, Josiane C. S. R. Gaelzer, V. (Eds.) *A formação de professores no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: diálogos sobre educação e ensino* – Bento Gonçalves : IFRS – Campus Bento Gonçalves.

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* (1988). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília.

*Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

*Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.* (2008). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação,

- Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 30 dez. 2008.
- Freitas, D. N. T. (2003) Sistemas e escolas de Educação Básica: entre democratizar e compartilhar a gestão. In E. Senna (Ed.) *Trabalho, educação e política pública*. MS: Ed.UFMS.
- Frigotto, G. (1999). Modelos ou modos de produção e educação: dos conflitos às soluções. *Tecnologia educacional*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 147, p. 7-14, out./dez. 1999.
- Kuenzer, A. Z. (2002). *Ensino Médio - construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.
- Mainardes, J. (2009). Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, Itajaí, v. 9. n.1. p.04-16, Jan./fev., 2009.
- Moraes, M. A. C. Amaral, J. C. S. R. Escott, C. M. (2012) A ciência da comunidade em relação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia como possibilidade de formação: um estudo exploratório no Rio Grande do Sul. *IX Seminário Nacional de Estudos e pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"*. UFPB: João Pessoa, 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5
- Pacheco, Eliezer. (2011). *Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Moderna: São Paulo.
- Paro, V. H. (2001). *Escritos sobre educação*. São Paulo: Xamã.
- Triviños, A. N. S. (2001). *Bases Teórico-Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais*: idéias gerais para a elaboração de um Projeto de Pesquisa. 2ª ed. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis.
- Vieira, E. (1998). O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, nº 56, p.09-22.